

SOCIOLOGIA AMBIENTAL, TEORIA SOCIAL E A PRODUÇÃO INTELECTUAL NO BRASIL

Leila da Costa Ferreira (UNICAMP/IFCH)
leilacferreira@uol.com.br

Resumo: O artigo propõe, em primeiro, lugar uma reconstituição e análise da história da sociologia ambiental internacional situada no contexto da sociologia contemporânea, discutindo tanto os aspectos teórico-metodológicos quanto os aspectos institucionais para compreender os obstáculos à legitimação e consolidação de uma problemática que, até recentemente, não era abordada pelas ciências sociais. Em segundo lugar analisa o caso brasileiro. A questão ambiental tratada pelas ciências sociais encontra-se fortemente influenciada pela sociologia empírica norte americana, precursora no processo de institucionalização da temática; por outro lado, a análise pormenorizada deste caso é relevante para o entendimento das relações entre o campo científico, o campo das constituições das políticas ambientais e dos movimentos sociais.

Abstract: The article aims firstly at the reconstitution and analysis of the history in the sphere of international environment sociology situated with the context of contemporary sociology discussing, as from literature (Buttel, Dunlap, Hanning, among others) both its theoretic-methodological aspects and its institutional aspects in order to understand the obstacles faced for the legitimation and consolidation of a set problems which, until recently, were not deal with social sciences. Secondly, it analyses the Brazilian case. Environment sociology in Brazil is strongly influenced by North American empirical sociology, the precursor of the institutionalization process for the themes; on the order hand, further analysis of this case is relevant to understanding of the relationship among scientific sphere, the constitution sphere of environment policies and that of social movements.

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente encontra-se em rápida evolução em todo o mundo. A proliferação crescente de contribuições vindas das mais diversas áreas de especialização disciplinar parece confirmar essa impressão. O que usualmente chamamos de *problemas ambientais* surgiram como importante preocupação, embora circunscrita a alguns grupos muito específicos de pesquisadores e cidadãos.

As ciências sociais, até pouco tempo atrás, impunham para a sociedade o paradigma dominante de fé no progresso e na racionalidade humana. Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como turbulenta, mas ambos acreditavam que as condições sociais benéficas criadas superavam as suas características negativas. Weber era o mais pessimista entre os três, vendo o mundo moderno como paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas às custas de expansões da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado sombrio da modernidade.

Segundo a Comissão Gulbenkian (1996), a criação das múltiplas disciplinas das ciências sociais inseriu-se no esforço global empreendido pelo século XIX de garantir e fazer avançar um conhecimento objetivo sobre a realidade na base de descobertas empíricas (entendidas por oposição à especulação). O processo de institucionalização das ciências Sociais não foi nada simples nem linear, mas pode-se afirmar que todo o

* Livre Docente em Sociologia, professora Associada do Depto. Sociologia-IFCH-Unicamp, autora, dentre outros, de "A Questão Ambiental- Sustentabilidade e Política Públicas no Brasil" (Ed. Boitempo, 1998).

esforço traduziu-se em uma história de sucesso. O estabelecimento das burocracias disciplinares gerou sistemas de investigação, análise e de formação que não apenas se revelaram produtivas e viáveis como também gerou literatura considerável, legado das ciências sociais contemporâneas.

Todavia, no preciso momento em que os sistemas institucionais das ciências sociais pareciam finalmente montados e claramente definidos, as práticas dos cientistas sociais iriam começar a mudar após a II Guerra. Os sociólogos abriram caminho aos demais, transformando a sociologia política e a sociologia econômica, desde a década de 1950, em importantes sub campos no interior da disciplina. Todos os cientistas sociais alargaram suas preocupações para além dos temas já tradicionalmente aceitos e assistiu-se nos anos do pós-guerra a uma redefinição de objeto, de maneira a integrar todos os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, dentre outros.

Foi neste contexto de redefinição do objeto no sentido de uma perspectiva relacional que surgiram os estudos do que hoje se denomina sociologia ambiental. Essa iniciativa de introduzir o debate sobre a dimensão ambiental no interior da sociologia pode ter surgido não só como consequência do processo citado, mas também como uma resposta à intensificação dos impactos sócio ambientais negativos decorrentes da expansão econômica ou à reação social deflagrada por essas evidências de degradação. Todavia, chama atenção o fato dessa abordagem ambiental ter se desenvolvida tardiamente na sociologia, bem depois do tratamento pioneiro da biologia, ecologia, economia, demografia e da geografia.

Ao mesmo tempo, também é surpreendente que em pouquíssimo tempo, nesta última década, o conceito de risco - totalmente vinculado às preocupações ambientais - passou a ocupar um lugar central na teoria social, já que dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck (1992 e 1999) e Anthony Giddens (1991) consideraram os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves consequências, como chaves para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade (Guivant, 1998).

A sociologia ambiental já é, em alguns lugares do mundo, particularmente nos Estados Unidos, uma área de produção bastante razoável, que certamente acabou influenciando as questões colocadas pela sociologia contemporânea, sendo também influenciada por esta.

Diante disto, emergem algumas indagações: por que a sociologia posicionou-se tão tardiamente com relação à questão ambiental? Por que este tema ganhou tanta força no final do século XX? Por fim, de que ponto de vista deveremos considerar esta nova sub área? Ou quais são os paradigmas que a influenciaram e quais seus limites teóricos e metodológicos?

Tendo em mente estes dilemas, o presente artigo pretende fazer uma primeira revisão da literatura internacional na área de sociologia ambiental, assim como uma breve análise da Teoria Social contemporânea e analisar especificamente a constituição da sociologia ambiental no Brasil.

SOCIOLOGIA AMBIENTAL: SURGIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A sociologia ambiental, como produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos de 1960 e da constatação da situação emergencial de

degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo (Paehlke,1989; MacCormick, Eckersley, 1995). Talvez porque o nascimento do ambientalismo na década de 1960 tenha surpreendido os sociólogos, que, naquele momento, não dispunham de um corpo teórico ou tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (Viola e Leis,1992).

Os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados na área de sociologia rural, sem, no entanto promover uma acumulação considerável de conhecimentos que permitisse a criação de um campo ou sub-campo teórico.

Hannigan (1997) acredita em duas explicações para o fato dos sociólogos marginalizarem a questão ambiental em seus empreendimentos teóricos. Uma delas se refere às falhas do determinismo geográfico e biológico, e sua visão conservadora sobre o entendimento das mudanças e conflitos sociais; a outra diz respeito ao próprio pensamento vigente que, em meados do século XX, enfatizava a literatura sociológica da modernização. O que atualmente é identificado como preocupação ambiental seria visto como atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso. Certamente havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas; mas, estes tendiam a ver a problemática ambiental como um desvio das questões cruciais do humanismo.

Buttel (1992), por sua vez, assinala o relacionamento ambíguo da sociologia, em sua fase de construção, com as ciências naturais. Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências naturais, por outro, a própria necessidade de legitimação das ciências sociais exigiu uma reação contra a simplificação das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico, conforme mencionado anteriormente.

Foi neste contexto, embora de forma diferenciada, principalmente a partir dos anos de 1960, que grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência, passando a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais (Buttel, 1987; Redclift and Woodgate, 1996; Hannigan, 1997, Catton and Dunlap,1998)¹.

Segundo Buttel (2000), a sociologia ambiental norte-americana, por exemplo, que dominou internacionalmente o sub campo até o fim dos anos de 1980 e início dos de 1990, tem tido algumas deficiências. A teoria sociológica ambiental norte-americana desenvolveu-se originalmente em reação à falta de atenção da sociologia dominante com os fenômenos biofísicos; assim, enfatizou tendências fortes, senão intrínsecas, das sociedades modernas à degradação do ambiente, e tendeu a minimizar a teorização dos processos de melhoramento ambiental. Mas, de certa forma incoerentemente, a sociologia ambiental dominante também se inclinou a ver que estas tendências à degradação ambiental poderiam ser revertidas se a mobilização ambientalista unisse forças suficientes, fazendo dela uma força progressiva *sui generis*².

¹ Para um maior detalhamento das produções nos anos de 1960 e 1970 ver Ferreira (2002). Sobre a revitalização teórica e projeção dentro da disciplina graças ao crescimento dos movimentos ambientalistas e a crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais ver: Mol (1993); Viola (1997).

² Comentários sobre o impacto dessas simplificações na constituição e rumos do ambientalismo brasileiro ver: Ferreira (1999).

A cultura sociológica ambiental norte americana tendeu, assim, a simplificar os processos de mobilização ambientalista e a exagerar a coerência do ambientalismo. Finalmente, ressalta o autor, os principais trabalhos da sociologia ambiental norte americana tenderam a uma visão reducionista da política ambiental, seja vendo a formação das políticas estatais ambientais em termos relativamente benignos, seja enfatizando as forças inexoráveis que compelem a política estatal a exacerbar a degradação ambiental.

Buttel (2000) comenta algumas tendências recentes na cultura sociológica ambiental - particularmente o despontar das teorias sobre a pós-modernidade no seio da cultura sociológica geral, e a aplicação de uma perspectiva particular da pós-modernidade (modernização reflexiva) aos problemas da relação entre sociedade e ambiente. Para o autor a teoria de Beck (1992) sobre a sociedade de risco e os trabalhos de Spaargaren (1996) e Mol (1995) são as contribuições mais visíveis para a sociologia ambiental ancoradas na noção de modernização reflexiva. Em acréscimo, teóricos sócio construtivistas e analíticos do discurso, tais como Hannigan (1997) e Yearley (1996) têm apresentado sociologias interpretativas dos riscos ambientais e da política ambiental que são largamente consistentes com o quadro de referência da modernização reflexiva.

O CLIMA INTELECTUAL E A TRAJETÓRIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

O processo de institucionalização da sociologia ambiental no interior da sociologia certamente não foi homogêneo. Pode ser subdividido em função dos acontecimentos políticos e culturais do momento, assim como do próprio desenvolvimento intelectual do estado da arte. Assim, por um lado, podemos distinguir núcleos dinâmicos de ensino, pesquisa e debate em diversos locais do mundo, inclusive no Brasil. Às vezes este núcleo dinâmico consiste de alguns professores, ou apenas um sociólogo, que lida com a questão ambiental; outras vezes, é todo um conjunto no qual se incluem departamentos, professores nacionais e estrangeiros, o debate científico, o ensino de teorias e técnicas, a realização de pesquisas.

A trajetória político-institucional da sub disciplina nos Estados Unidos iniciou-se na década de 1970. Cabe ressaltar que já nos anos de 1960, havia uma produção não-sistemática, mas interessante, que abordava a problemática a partir de uma perspectiva mais radical, tanto nos Estados Unidos, como na Europa. De fato, todo o período que engloba os anos de 1960 até meados de 1980 foi profundamente influenciado pelo clima cultural dos anos 1960: os novos movimentos sociais, a contra cultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo marcaram uma mudança drástica no clima cultural e universitário em várias partes do planeta, inclusive nos Estados Unidos, acentuando a necessidade de se investigar a problemática ambiental.

A preocupação inicial concentrou-se nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, mas, gradualmente, foi ganhando novos contornos; nos anos de 1960, através da crescente preocupação com a contaminação ambiental produzida pela produção industrial e agrícola (Carson, 1962) e, a partir de 1973, através da crise energética deflagrada pela alta dos preços do petróleo. Essa crise energética coincidiu com o lançamento, pelo Clube de Roma, do Relatório *Limites do Crescimento* (Meadows, 1972), que alertava de forma tempestuosa a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental

planetária, caso se mantivessem constantes as expectativas de crescimento econômico (Paehlke, 1989; Mac Cormick, 1992; Eckersley, 1995)³. A publicação do relatório acarretou intensos debates sobre a questão da escassez e do modelo de crescimento vigente (Ophuls, 1973), apesar das inúmeras críticas recebidas. Nesse período, houve uma proliferação de iniciativas de pesquisas sobre a mobilização política ambientalista (Galtung, 1984; Mac Cormick, 1992); impactos da produção, consumo e desperdício de energia em específico (Lovins, 1977; Nemetz, 1982) e de recursos naturais de um modo geral (Brown, 1986); análises de políticas ambientais (Gorz, 1980; Hays, 1982; Paehlke, 1989); de alternativas tecnológicas de crescimento (Dickson, 1974); além do debate acirrado e polêmico sobre a questão populacional (Ehrlich, 1975)⁴.

Em paralelo, a seção de sociologia ambiental da *American Sociological Association* cresceu de 290 membros em 1976 para 321 em 1979, atraindo pesquisadores com diferentes interesses na área. Segundo Dunlap (1997), em meados da década de 1970, as três associações nacionais de sociologia nos Estados Unidos (*Rural Sociological Association*, *Society for the Study of Social Problems*, além da *American Sociological Association*) iniciaram grupos e seções de sociologia ambiental, além do tema ter sido tratado em várias outras seções.

Ainda de acordo com Dunlap, a problemática da escassez dos recursos naturais, apesar de bastante divulgada e debatida, não foi devidamente assimilada pela cultura política norte-americana, orientada pelo mito do crescimento ilimitado. Nesse sentido, a era Reagan representou a rejeição explícita à idéia de limites, e a promessa do sonho norte-americano de crescimento e prosperidade interrompeu o pesadelo da escassez (Vig and Kraft, 1998). Obviamente este processo interferiu na produção da área, que segundo Dunlap (1997), sofreu um declínio na década de 1980. Conforme o autor, a seção de sociologia ambiental teve uma redução para menos de 300 membros em 1980; poucos artigos novos foram escritos e nenhum deles foi publicado nos principais periódicos de sociologia.

Contudo, os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como os casos de Three-Mile Island (1979), Love Canal, Bhopal (1984) e Chernobyl (1986), acirraram novamente o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas; conseqüentemente, a questão da cidadania e da qualidade de vida ganhou novos impulsos naquele momento (Dunlap, 1997; Hogan e Vieira, 1992). Iniciou-se, nesse período, uma mudança de escala na análise dos problemas ambientais, que passavam de um nível local para o global, transformando igualmente a freqüência de problemas e acidentes ambientais. A própria natureza dos problemas tornava-os mais difíceis de serem previstos e compreendidos (Dunlap, 1993; Ferreira e Viola, 1996).

Na verdade, em fins dos anos de 1980 assistiu-se no cenário internacional a um clima favorável ao processo de consolidação da área no nível internacional. Vários dados comprovam esta afirmação: novamente pôde-se observar um aumento do número de membros na seção da ASA na virada da década, atingindo 400 membros em 1993. O volume de textos publicados e o crescente interesse de estudantes nos cursos voltados à problemática também confirmaram essa retomada. Outro sintoma significativo foi o aumento da atenção internacional dedicada à área, e a formação de um grupo de trabalho sobre ambiente e

³ Para uma análise deste período ver: Ferreira, 1992.

⁴ Para uma discussão crítica desse debate ver: Hogan, 2000.

sociedade em 1990, na Associação Internacional de Sociologia (ISA), sem mencionar o impacto da Rio-92 (Dunlap, 1997).

No que diz respeito à perspectiva constitutiva dos aspectos teórico-metodológicos, Buttel (1996) comenta que a trajetória da sociologia ambiental poderia ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e contribuição de outras sociologias específicas; a fase de constituição de um núcleo teórico próprio e de perfil mais consensual; e um momento de diversificação e maior incorporação no campo teórico da sociologia em geral.

Com relação ao período de formação, o autor comenta que a sociologia rural foi pioneira na contribuição para a área, embora outras sociologias específicas tenham participado desse processo: a sociologia de comunidades, do desenvolvimento, a sociologia urbana e a dos movimentos sociais. Em certa medida, a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas dentro das disciplinas já existentes, tentou cobrir a lacuna teórica da tradição clássica frente às questões ambientais, criando um *locus* institucional para o desenvolvimento da nova temática.

No tocante à lacuna teórica, Buttel (1996) considera que a tendência da sociologia clássica foi criar teorias que, implicitamente, assumissem que as sociedades e grupos humanos são independentes ou isolados dos processos biofísicos. Para ele, a sociologia, em busca de liberar o pensamento social dos reducionismos, preconceitos e da visão conservadora do início da ecologia humana, exagerou ao promover a separação entre o processo social e o mundo natural. Catton e Dunlap (1998) são mais enfáticos na crítica à resistência da sociologia às questões ambientais, salientando o contexto sociocultural da formação da sociologia, assim como seus paradigmas de análise. Argumentam que a sociologia foi profundamente influenciada por uma cultura ocidental antropocêntrica. Essa visão de mundo, por sua vez, foi historicamente acentuada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciada pela expansão colonial, que resultou na revolução industrial, no fortalecimento de idéia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

A fase seguinte, de constituição de um núcleo teórico, unificou-se em torno da produção de alguns sociólogos ambientais como Catton, Dunlap, Schnaiberg, Buttel, Redclift, Harteley, Chapman, Yearley, Hannigan, dentre outros, que mais se destacaram na produção teórica após os anos de 1970. Esses autores, apesar das diferenças de suas perspectivas de análise, enfatizavam o caráter materialista e realista da crise ambiental, sem deixar de lado a importância de sua dimensão cultural. Criticaram fortemente a insustentabilidade das sociedades modernas, por se apoiarem em um modelo de produção, consumo e descarte que dilapidou os recursos naturais muito mais rapidamente que sua capacidade de regeneração.

O terceiro momento na trajetória intelectual da sociologia ambiental, mais nítido na virada da década de 1980, caracterizou-se por uma maior diversidade teórica e por certa incorporação da teoria sociológica clássica. Destacaram-se, em primeiro lugar, as influências advindas da sociologia contemporânea, no sentido de uma guinada cultural que reduz a ênfase nas explicações materialistas e estruturalistas em favor de perspectivas culturais, subjetivas e com forte influência da sociologia do cotidiano. Essa mudança teórica contribuiu fortemente para um aumento na receptividade da questão como fenômeno social relevante. É possível registrar, a partir desse momento, as contribuições de sociólogos de destaque, que enfatizam a importância da questão no contexto das sociedades da alta modernidade, como é o caso de Beck (1992), Giddens (1991), Touraine (1989), Castells (1999), Habermas (1987) dentre outros.

A nova perspectiva de análise, para Hannigan (1997) por exemplo, passou a enfatizar os processos sociais, políticos e culturais, em que as condições ambientais são definidas como aceitáveis ou não. Neste sentido, um problema ambiental é socialmente construído, aspecto percebido como mais relevante do que a própria tarefa de avaliar suas condições de validade. Os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise.

Teoria Social e Ambiente

Este item explora a contribuição de alguns teóricos sociais contemporâneos a duas questões: as origens e os efeitos da degradação do ambiente nas sociedades modernas, e as condições sob as quais as forças políticas podem ser mobilizadas com êxito contra a degradação do ambiente. Relativamente à primeira questão, é quase polêmico afirmar que as transformações de ordem econômica e demográfica são causas relevantes de degradação do ambiente. Contudo, vale a pena examinar, com mais atenção do que por vezes se presta os mecanismos exatos que estas forças põem em movimento. Cabe examinar também o duplo papel do papel do poder político e cultural ao favorecer a degradação do ambiente. A emergência dos movimentos políticos que tentam impedir a destruição do ambiente é um dos efeitos mais significativos da atual degradação do ambiente. Tento refletir sobre estas questões através de um estudo de três sociólogos contemporâneos: Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Ulrich Beck.⁵

No caso de Giddens (1991;1992;1995;2000) este tenta integrar a explicação das origens e efeitos da degradação do ambiente numa interpretação mais alargada do desenvolvimento e da dinâmica das sociedades modernas. Existe todavia outro motivo para se analisar como Giddens tem pensado a problemática ambiental. O primeiro motivo consiste no fato de sua explicação para a degradação do ambiente se centralizar na interação entre o capitalismo e o industrialismo. Em segundo lugar, a teoria social de Giddens prestou particular atenção à dimensão espacial dos processos sociais e dos métodos da geografia. Este fato permitiu-lhe investigar a natureza sociológica do urbanismo e da globalização e o modo como esta contribui para os problemas do ambiente. Em terceiro lugar, a abordagem interpretativa de Giddens à teoria social e os modelos multicausais de processos sociais que este desenvolveu permitiram-me incluir a contribuição prestada pelo poder político e pelas atitudes culturais para a proliferação da degradação do ambiente. Finalmente, Giddens inclui na sua teoria social mais vasta uma explicação das origens dos movimentos sociais ambientalistas. Deste modo, a sua obra permite-nos apreciar o duplo atributo do poder político e cultural: ambos podem ajudar e controlar o processo de degradação do ambiente.

No que diz respeito à Habermas (1987), em primeiro lugar, a sua obra recente proporcionou uma das mais profundas reavaliações da teoria social clássica e, ao fazê-lo, produziu a reinterpretação mais completa tanto da organização institucional da modernidade como da sua evolução cultural. Em segundo lugar, Habermas utilizou esta estrutura para investigar a emergência de novos movimentos sociais e para avaliar a potencial importância política desses movimentos. Em terceiro lugar, o autor permiti-nos examinar os meios pelos quais a mudança das estruturas sociais deu origem a uma nova organização de interesses econômicos e políticos, e o modo como estes interesses moldam, por sua vez, a mobilização das políticas de meio ambiente contemporâneas. Em quarto lugar, Habermas permiti-nos examinar a

⁵ Para uma análise detalhada da produção de Giddens e Beck e a questão do risco ver Guivant (1998).

forma como surgiram as transformações culturais e os conhecimentos morais modernos sobre o ambiente, como estes redefiniram interesses e contribuíram para a emergência de movimentos políticos orientados para as questões de ambiente. Por último, ao acompanhar a abordagem interdisciplinar a obra de Habermas recorre e esforça-se por reunir algumas das observações mais importantes de cientistas políticos, que investigam as origens estruturais da política de ambiente.

Chegamos, por fim, à obra de Ulrich Beck (1992;1997). O que distingue verdadeiramente a obra de Beck entre todos os teóricos sociais contemporâneos é o fato de o potencial catastrófico da degradação do ambiente a nível global ocupar a cena principal. Beck vai mesmo ao ponto ao afirmar que a modernidade descrita nas obras dos teóricos sociais clássicos está a ser transformada num tipo de sociedade fundamentalmente diferente-uma sociedade de risco. Essa transformação é, em parte, movida pela emergência de níveis profundos e historicamente incompatíveis de perigos e riscos para o ambiente que atingem uma dimensão e forma tais que os modelos convencionais da sociedade moderna não conseguem apreender as suas origens e conseqüências. Os argumentos de Beck relativamente à transformação da modernidade clássica numa sociedade de risco são rigorosamente confrontados com o modelo de Giddens de modernidade tardia radicalizada, no qual os movimentos sociais ambientalistas reagem a riscos e perigos para o ambiente recentemente observados. Beck investiga também os meios pelos quais as relações do poder político e cultural contemporâneo servem para ocultar as origens da degradação do ambiente e proteger os perpetradores dessa degradação. Finalmente, Beck, tal como Habermas, defende que a democracia e a democratização tanto do processo político convencional como dos centros de decisão econômica, previamente despolitizados, constituem um elemento essencial de uma política de ambiente sustentada.

A Questão Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil

No Brasil, as tentativas de institucionalização do campo de conhecimento que trata das relações entre sociedade e natureza/ambiente iniciaram-se em meados da década de 1980 e as primeiras iniciativas aconteceram na região sudeste, com ênfase especial para a Universidade Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo, no estado de São Paulo e Universidade Federal de Santa Catarina.

Os rearranjos científico, intelectual e institucional propostos não eram novos e de certa maneira espelhavam clivagens produzidas no período posterior à II Guerra Mundial em outras partes do mundo, em torno dos debates quanto aos estudos interdisciplinares (Ferreira, 2000). O grupo que liderava os debates na UNICAMP decidiu espelhar-se nos estudos por áreas ou regiões e, através de forte base empírica, agregar cientistas sociais e cientistas naturais que se debruçariam por regiões dotadas de suposta coerência cultural e histórica, com o objetivo de descrever-lhes sob um ponto de vista multidimensional. Como esses estudos eram, por definição, multidisciplinares, criou-se um centro de pesquisas⁶ e a formação continuava delimitada aos programas tradicionais de graduação e pós-graduação, onde foram criadas linhas de pesquisa transversais às especialidades de origem, de modo a tratar da questão ambiental.

⁶ O Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais nasceu de uma reformulação do antigo Núcleo de Ecologia Humana em 1986.

Na USP, o grupo que se organizou em torno da questão ambiental em meados da década de 1980 vinha de outra filiação, pois era fortemente influenciado pelos teóricos da ecologia profunda e da complexidade (Prigogini e Stengers, 1991; Prigogini, 1996; Maturana e Varela, 1994; Sessions, 1995). Em busca de um paradigma holista criaram um curso de Mestrado em Ciência Ambiental, que apesar das reformulações que sofreu no futuro, teve o mérito de colocar a nu a artificialidade das rígidas clivagens institucionais anteriores.

Em Santa Catarina pode-se observar uma agregação de interesses em torno do paradigma da ecologia política, que cruzava uma abordagem teórica da sociologia e da política de forte tradição sistêmica com preocupações em alargar o objeto de estudo em direção às múltiplas dimensões da interação entre a biosfera e uma sociedade globalizada.

Apesar dos avanços e recuos, apesar ainda da forte resistência do núcleo duro das ciências sociais brasileiras em dialogar com esta produção intelectual, pode-se afirmar que os estudos e pesquisas interdisciplinares atuais herdaram deste período uma evolução significativa da situação social ocorrida no interior das instituições de ensino e pesquisa, e dos quadros por elas formados. Se não se abandonou a estrutura departamental, os próprios departamentos hoje não têm como negar a validade e legitimidade das experiências interdisciplinares de alguns de seus membros.

Assim, talvez seja possível afirmar que a sociologia ambiental no Brasil encontra-se em fase intermediária quando comparada às experiências internacionais. Menos pelo impacto da produção e mais pela resistência que ainda enfrenta por parte de setores fortemente disciplinares das ciências sociais brasileiras.

O melhor exemplo do grau e do tipo de organização da área pode ser analisado através da trajetória do Grupo de Trabalho *Ecologia, Política e Sociedade* da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (Vieira, 1992; Ferreira e Viola, 1996 e Drumond e Schoroeder, 1998), que se desenrolou em paralelo à mobilização das três universidades pioneiras em torno da questão ambiental. Além disso, talvez pelo pioneirismo, o GT organizado em torno da ANPOCS revestiu-se de grande liderança na constituição do sub campo das ciências sociais do ambiente no Brasil, funcionando como forte agregador de demandas intelectuais produzidas por grupos isolados que emergiam em diversos cantos do país.

Este grupo reuniu-se pela primeira vez na ANPOCS em 1986, quando a problemática ambiental ainda era tratada de forma incipiente nas ciências sociais brasileiras e reunia apenas um pequeno grupo de intelectuais. Desde então, a questão ambiental adquiriu relevância na comunidade científica mundial, como vimos anteriormente e isso se refletiu na comunidade científica local como veremos no desenrolar deste trabalho.

Em 1992, em face da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, o grupo de trabalho optou por abrir espaço prioritário de discussões para o aprofundamento crítico desta temática em relação ao contexto brasileiro. Essa discussão culminou na publicação do livro *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, organizado por Daniel Hogan e Paulo Vieira, e que, além de refletir já naquele momento uma certa diversidade regional e temática, teve grande impacto nos meios acadêmicos emergentes.

Desde então, vários intelectuais ligados ao grupo partiram para o exterior para fazer doutorado, pós-doutorado, além de intercâmbio de grupos de pesquisa, preferencialmente, mas não exclusivamente, nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Esse processo refletiu-se intensamente na produção da área, pois propiciou o cruzamento fecundo de dados e modelos teóricos, engatando definitivamente a produção local ao debate internacional.

Em meados da década de 1990, a preocupação temática do Grupo de Trabalho da ANPOCS era com a questão da globalização, obviamente influenciada pelo clima intelectual das ciências sociais naquele final de século (Ferreira, 1997), novamente com destaque para o contexto brasileiro. Naquele ano também foi publicado o livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, organizado por Leila Ferreira e Eduardo Viola.

Em paralelo a esta busca de diálogo com os setores mais fortemente institucionalizados das ciências sociais brasileiras, ainda na primeira metade dos anos de 1990 houve uma intensa mobilização dos cientistas sociais para fortalecer institucionalmente o diálogo, o ensino e a pesquisa interdisciplinar, participando da criação de centros de pesquisa e programas de pós-graduação em torno do campo de conhecimento que trata da interação entre sistemas biofísicos e sociais. Possivelmente essa disseminação do interesse em montar uma burocracia adequada aos estudos, pesquisas e formação na área ambiental se deva aos dois condicionantes já levantados: 1) no âmbito da sociedade, o clima político propício produzido pela Rio – 92 e, 2) no âmbito acadêmico, a boa receptividade encontrada pelos brasileiros no debate internacional, resultado do intenso intercâmbio com centros especializados e importantes fora do país.

Hoje, a sociologia ambiental, as ciências políticas do ambiente, os estudos antropológicos e populacionais sobre o tema já se encontram consolidados em várias universidades brasileiras, como veremos a seguir, sendo que a produção de dissertações, teses e o volume de livros e trabalhos publicados reflete o grau de interesse que esta problemática adquiriu. Além disso, existem outros indicadores do grau de institucionalização da temática no país. Vale mencionar a publicação da Revista *Ambiente & Sociedade*, uma co-edição das três universidades pioneiras na institucionalização desse campo de estudos e pesquisas, a UNICAMP, a USP e a UFSC, o periódico vem se consolidando como uma publicação temática, cujo objetivo é promover o escoamento da produção de cientistas sociais com características transversais às suas especialidades de origem. O periódico foi financiado inicialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e hoje pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Outro indicador que merece menção foi a centralidade da temática ambiental em alguns dos mais importantes congressos das ciências sociais do país, como o da Associação de Antropologia (ABA) no ano de 2000 e do Congresso Internacional de Sociologia Rural que foi realizado no Rio de Janeiro do mesmo ano. Vale mencionar que em paralelo ao Congresso de Sociologia Rural ocorreu o Simpósio *Sociological Reflections on Sustainability*, do Committee on Environment and Society da ISA.

Curiosamente, à medida que foram sendo estreitados o diálogo e a colaboração entre a sociologia ambiental brasileira e a internacional, ou entre esta e outras disciplinas das ciências sociais no Brasil; à medida em que foi montando seu próprio sistema institucional, à semelhança do que ocorreu ao grupo da ASA nos Estados Unidos no início da década de 1980, a ANPOCS deixou de abrigar o Grupo de Trabalho

originalmente organizado em torno da temática ambiental. Desde o final dos anos de 1990 alguns de seus membros tem sido estimulados pela direção da associação a promover fóruns e mesas redondas nessa linha, como forma paliativa de referendar a importância deste debate intelectual e desta produção científica.

Esse inesperado desinteresse do núcleo mais fortemente institucionalizado das ciências sociais brasileiras não significou um declínio do interesse pela área e os intelectuais e estudantes ligados originalmente ao GT da ANPOCS direcionaram seu poder de influência em três outras direções: 1) escoamento de sua produção através de outros fóruns acadêmicos nacionais, como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Sociedade Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de Sociologia Rural, dentre tantos outros de grande importância; 2) investimento no diálogo internacional, através da participação em eventos como, por exemplo, da *Latin American Studies Association* (LASA) e da *Internacional Sociological Association* (ISA), para citar apenas dois; e finalmente, 3) investimento em veículos próprios, como a Revista *Ambiente & Sociedade*, além da recém-criada Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), cujo primeiro congresso de âmbito nacional foi programado para o final de 2002.

A INTERNALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Foram selecionados para uma primeira e breve análise alguns dos principais programas de pós-graduação das áreas de sociologia, ciências sociais e os novos programas interdisciplinares visando: as universidades pioneiras, além da Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Paraná. Outras instituições com impacto semelhante na produção da área, como por exemplo a Fundação Joaquim Nabuco, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), foram também analisados. Essa seleção se deve a uma opção por apenas alguns casos exemplares para análise da internalização da temática na Pós Graduação brasileira.

No Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo foram identificadas, em um período que abrange desde 1958 ao ano 2000, cinco dissertações de mestrado e oito teses de doutorado, já concluídas, ligadas ao tema ambiente e sociedade. O programa conta com um total de 284 teses de mestrado e 316 de doutorado defendidas.

Os temas preferencialmente abordados foram: políticas ambientais, políticas públicas, conservação de recursos naturais, desenvolvimento, mineração, cooperativismo, conhecimento ecológico e governança global.

Já no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), há uma maior incidência de trabalhos produzidos nesta área a partir dos anos de 1980 e particularmente nos anos de 1990.

Isso se deve à política da Universidade que priorizou fortalecer a formação disciplinar, em detrimento da criação de programas interdisciplinares como ocorreu na USP. No caso das Ciências Sociais da Unicamp, foram criados: no Programa de Mestrado em Sociologia uma linha de pesquisa e no Doutorado em Ciências Sociais uma área temática, ambas intituladas inicialmente *Ambiente, Tecnologia e Desenvolvimento* e

atualmente *Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia*. Esta opção da UNICAMP direcionou a produção de teses e dissertações sobre a temática ambiental para os programas já existentes. Das 160 dissertações defendidas no programa, 25 são da área de Ambiente e Tecnologia, mas outras 23 abordam o tema de forma transversal, nas áreas de sociologia rural, sociologia urbana e teoria sociológica. No caso do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, em período que vai desde 1985 até 2000, das 123 teses defendidas, 20 estão diretamente ligadas à área.

Os temas preferencialmente tratados na UNICAMP, no nível do Mestrado e do Doutorado colocam o tema ambiental como transversal a outros como o da modernidade, do Estado, da democracia, dos conflitos sociais, do desenvolvimento, dos movimentos sociais, do risco, assim como do conhecimento, da percepção e das representações sociais sobre o ambiente, da mundialização e globalização. Mais recentemente surgiram teses e dissertações que abordam a questão da complexidade e da interdisciplinaridade.

No caso da USP, não houve investimento na criação de áreas ou linhas de pesquisa junto aos programas de Mestrado e Doutorado em Sociologia, mas diversos profissionais, inclusive titulados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas participaram da criação de centros de pesquisa e inicialmente do Programa de Mestrado e agora também do Doutorado em Ciência Ambiental. Assim, se por um lado a USP apresenta uma produção relativamente baixa no que diz respeito à temática ambiental (1,4% no caso do mestrado e 2,5 % em doutorado) em seu programa de Pós-Graduação em Sociologia, por outro, o Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental está em franco desenvolvimento e a produção de teses e dissertações com abordagem da sociologia ambiental é muito ampla.

No Programa de Mestrado em Ciência Ambiental foram defendidas até o presente momento 70 dissertações de mestrado, das quais 53 podem compor a categoria de temas transversais entre ambiente e sociedade. Os temas também são bastante diversificados como conservação, risco, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, manejo, educação ambiental, direito ambiental, políticas públicas e movimentos sociais. É importante comentar aqui que as abordagens teórico-metodológicas procuram uma perspectiva interdisciplinar.

Já o programa da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, juntamente com o PROCAM, na USP e o Programa de Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, foi um dos precursores da formação intelectual nessa área transversal, não apenas pelos anos de produção de dissertações e teses, mas principalmente pelo número de professores e pesquisadores que se agregaram em torno do tema.

Das 54 teses de doutorado defendidas no programa, 24 estão diretamente ligadas ao tema. A diversidade temática é também bastante ampla, desde a questão agrícola, como a urbana, do trabalho, da descentralização, da mundialização, risco, sustentabilidade, políticas públicas e teoria social. Cabe ressaltar aqui a diferenciação teórico-metodológica das dissertações e teses, algumas delas, filiam-se diretamente à Teoria dos Sistemas e outras à Ecologia Política.

No caso do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, no período que abrange desde a década de 1970 até os dias atuais, foram defendidas 174 dissertações, sendo 11 diretamente ligadas ao tema; e, dentre 81 teses de doutoramento somente 4 estão ligadas à área. Chama atenção ainda o fato dessas teses serem bastante recentes. Os temas tratados no mestrado foram movimentos sociais, ação do Estado, conservação de recursos naturais, desenvolvimento, assim como

análise sobre o Cerrado e a Amazônia. No caso do doutorado foram: as organizações não governamentais, Agenda 21, Amazônia e políticas ambientais.

A Universidade de Brasília criou recentemente um Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável, onde já foram defendidas 24 dissertações, todas correlacionadas à perspectiva da interação entre ambiente e sociedade. Os temas tratados foram: gestão ambiental, percepção, manejo, agricultura familiar, impacto ambiental, políticas ambientais, resíduos e sustentabilidade. Aqui também há uma tentativa de abordagem interdisciplinar nas dissertações e teses.

Quanto à Universidade Federal do Pará, a temática é tratada tanto junto ao Departamento de Sociologia, quanto junto ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, ligado ao Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA). Das 130 dissertações defendidas nesse último programa, 32 estavam ligadas ao tema e a totalidade das 8 teses de doutorado defendidas são da área. Os temas tratados são particularmente ligados à questão do desenvolvimento regional da Amazônia, discutindo movimentos sociais, migrações, gênero, pobreza, Estado, fronteiras e urbanização. As dissertações e as teses também abordam a problemática ambiental a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o tema foi melhor trabalhado no Programa de Ecologia Social, onde das 24 dissertações de mestrado defendidas, 8 utilizaram-se de um abordagem das ciências sociais do ambiente. Os temas trabalhados foram: empresariado, educação ambiental, consumo, resíduos, desenvolvimento sustentável e cultura e meio ambiente.

No caso do Programa de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há 5 dissertações ligadas ao tema, tratando da questão da colonização agrícola, movimentos sociais e da questão agrícola.

Visitamos ainda a Fundação Joaquim Nabuco em Recife e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, por serem centros importantes na área. Na Fundação Joaquim Nabuco, os projetos de pesquisa são principalmente ligados à economia ecológica e no INPA, os estudos socioeconômicos e meio ambiente são majoritários.

O Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná em Curitiba também foi visitado, onde pudemos observar uma forte articulação entre o desenvolvimento das teses de doutoramento, e as pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente. Aqui também se observa uma abordagem interdisciplinar.

A Produção Intelectual Brasileira

Há dois momentos na produção intelectual brasileira que delineiam os rumos das agregações de demandas intelectuais no campo das interações entre Ambiente e Sociedade no Brasil. No primeiro deles, em uma fase que pode ser considerada sob a inspiração de Buttel (1996) como de formação, há quatro coletâneas que merecem destaque. Inaugurando os debates do campo, indiscutivelmente tem-se o livro *Ecologia e Política no Brasil* (1987), organizado por José Augusto Pádua. Se não foi o primeiro lançamento, esta coletânea agregou a legitimidade política e acadêmica do editor à capacidade de delinear de forma clara e inteligível ao público leigo o tema das relações entre Ecologia e Política. Reúne textos apresentados durante um seminário realizado no Rio de Janeiro em 1985, momento em que se iniciava a discussão no país da criação do Partido Verde.

Desde então e graças ao seu poder de influência a questão ambiental penetrou no debate político brasileiro e o ambientalismo local viveu uma fase ascendente. Vários de seus representantes ultrapassaram a fronteira da luta associativa para lançar-se na vida política, buscando um novo estilo de atuação. Fernando Gabeira, Carlos Minc e Liszt Vieira são alguns dos nomes mais expressivos desta corrente e aparecem no livro não apenas como militantes, mas também na qualidade de intelectuais refletindo sobre seu próprio trabalho. A eles juntam-se José Augusto Pádua, Eduardo Viola e Paulo Gonzaga de Carvalho, cujas reflexões contextualizam o debate, traçando as origens da ecologia política no Brasil através da análise da trajetória do ambientalismo em direção a uma opção eco política e da atuação das agências públicas voltadas ao controle da poluição industrial. O livro, na verdade, discute a questão ecológica sob múltiplos ângulos e enfatiza tanto seus aspectos ambientais quanto políticos e sociais.

A coletânea *Ecologia e Política Mundial* (1991) organizada por Héctor Leis foi produto da Área Ambiental do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, conjuntamente com a área de publicações da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Era parte de um ambicioso programa editorial que pretendia vincular e comprometer esforços de instituições acadêmicas, organizações não governamentais e editoras, a fim de realizar uma reflexão crítica sobre o que seus autores denominavam de “emergente espaço público transnacional do ecologismo”. Conscientemente desejava servir de ponte tanto no sentido Sul - Sul como Sul – Norte, ampliando e estendendo as redes de cooperação entre indivíduos, organizações e países.

Héctor Leis e Eduardo Viola refletindo sobre a desordem global da biosfera e a nova ordem internacional, enfatizavam o papel organizador do ecologismo. Outros temas tratados eram a segurança ecológica, sob autoria de Clóvis Brigadão e a agenda ambiental na América Latina, de Roberto Guimarães da CEPAL. José Augusto Pádua voltava a escrever sobre o nascimento da política verde no Brasil.

Em face da perspectiva de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em junho de 1992, o antigo grupo de trabalho *Ecologia, Política e Sociedade* da ANPOCS, desta vez liderado pelo grupo da UNICAMP, de forte orientação empírica, optou por abrir um espaço prioritário de discussões, visando o aprofundamento crítico dessa temática, referenciando-a ao contexto brasileiro.

À medida que a pauta oficial das discussões e resoluções da CNUMAD contemplava fundamentalmente problemas ambientais de natureza global, como efeito estufa, alterações na camada de ozônio, poluição dos mares, perda da biodiversidade, a preocupação dos membros do grupo foi dupla. Por um lado, constatou-se que tais problemas tendem a ser veiculados junto à opinião pública como desafios que se colocam acima das especificidades sócio culturais, econômicas e político institucionais de cada nação. Por outro lado, privilegiando a questão amazônica, os promotores do Encontro pareciam subestimar o fato óbvio que 90% da população brasileira está atualmente concentrada em outras regiões do país, sob o processo devastador de urbanização acelerada. A mobilização da opinião pública durante os meses que antecederiam a Conferência corria o risco de camuflar a contundência daqueles problemas sócio ambientais mais diretamente relacionados à garantia do direito à qualidade de vida dos brasileiros. De forma contraditória, a Conferência poderia vir a se constituir um retrocesso político, no processo de lutas pela construção de uma política ambiental melhor ajustada às características brasileiras. Assim, a opção editorial refletiu o perfil acadêmico das ciências sociais ambientais brasileiras e as formas de abordagem de alguns dos nossos

desafios sócio ambientais, resgatando da melhor maneira possível, a ampla diversidade regional e temática envolvida.

Apesar da pluralidade de referências teóricas e enfoques metodológicos subjacentes ao conjunto das contribuições do livro *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável* (1992), podemos observar uma preocupação comum em relacionar os sistemas sociais aos naturais e também em explicar a especificidade dos problemas sócio ambientais dos países em desenvolvimento.

Leila Ferreira e Lúcia Ferreira partiam do pressuposto de que o processo de formação de políticas públicas não poderia ser reduzido ao recorte meramente estrutural ou funcional, analisando o universo de construção da cidadania em um país de terceiro mundo, através de interações conflituosas entre atores sociais diferenciados. Eduardo Viola e Héctor Leis mais uma vez enfatizavam a análise da dinâmica do movimento ambientalista brasileiro, explorando as implicações mais interessantes de sua expansão multisetorializada. Paulo Freire Vieira inaugurava uma preocupação com as repercussões da problemática ambiental no campo das ciências sociais no Brasil.

No conjunto dos textos relacionados ao tratamento das análises empíricas, o texto de Daniel Hogan contribui para desmistificar os estereótipos tradicionais da teoria demográfica sobre o papel da pressão populacional como fator determinante dos processos de degradação ambiental. Haroldo Torres e Donald Sawyer privilegiavam os problemas ambientais gerados pela urbanização acelerada e descontrolada, com ênfase na questão do saneamento básico e no desenvolvimento de sistemas de produção e extração agro-silvo-pastoris baseados no grupo familiar. Ricardo Neder e Sônia Barbosa resgatavam a discussão sobre transformações urbano-industriais nas últimas décadas, tomando por base uma avaliação dos impactos sócio ambientais negativos em algumas experiências de desconcentração industrial no Estado de São Paulo.

O Livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (1996), organizado por Leila Ferreira e Eduardo Viola, partia de uma premissa: a existência de processos globais que transcendem às categorias Estado, classe social e nação. Sua hipótese era a emergência de uma sociedade global. Segundo os organizadores, o objeto de estudo do livro seria a biosfera, que necessariamente ultrapassa as fronteiras nacionais. A preocupação ecológica não tem pátria, seu enraizamento é o planeta.

Seria esperado que uma reflexão sobre globalização e ambiente se afastasse das particularidades. No caso deste livro um dos fios condutores das preocupações dos autores revelava-se exatamente através do cotidiano. Além das discussões mais gerais sobre globalização, há um conjunto de problemas muito familiares ao GT, como a consolidação da democracia no Brasil, o poder local, a problemática da água, dos diferentes tipos de poluição, a questão da qualidade de vida, a questão do espaço público, a discussão sobre desenvolvimento das áreas protegidas. Eduardo Viola, Héctor Leis e Octavio Ianni empreendiam uma reflexão teórica sobre globalização e diversidade. Franz Brüseke discutia a questão do desenvolvimento a partir de uma reflexão sobre desestruturação da ordem social contemporânea. Leila Ferreira enfrentava as alternativas de sustentabilidade no poder local brasileiro e Daniel Hogan essas mesmas alternativas para bacias hidrográficas no Estado de São Paulo. Pedro Jacobi abordava a questão da percepção ambiental em centros urbanos; Mário Fuks a proteção judicial ao meio ambiente e Ricardo Neder a regulação pública na área ambiental no Brasil. No campo das discussões sobre a proteção dos recursos naturais, Lúcia Ferreira enfrentava a falsa oposição teórica e política entre bem estar social e conservação ambiental e Antônio

Carlos Diegues as áreas naturais protegidas no Brasil. Por fim, Clóvis Cavalcanti discutia economia ecológica.

Já no início da primeira década do novo século podemos observar uma mudança significativa dos interesses deste núcleo mais fortemente agregado em torno do campo de reflexões sobre a interface entre sociedade e ambiente. Um bom indicador deste desvio na ênfase pode ser buscado na agregação de demandas intelectuais impostas à ANPPAS. A programação de seu primeiro encontro delineia os seguintes temas para debates no âmbito dos GTs e mesas redondas: regimes ambientais internacionais, dimensões humanas da biodiversidade; consumo e segurança alimentar e de energia, dimensões locais das mudanças ambientais, cidades sustentáveis, educação ambiental em sociedades do conhecimento, além dos já tradicionais, como interdisciplinaridade, dinâmicas demográficas, risco ambiental e políticas ambientais e teoria e meio ambiente.

Desta programação depreende-se duas ordens de semi conclusões.

Em primeiro lugar parece ser possível arriscar uma impressão: a ênfase do mercado intelectual nessa área transversal migrou da busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem ecológica ou ambiental para uma questão genérica delineada em torno das preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, independentemente de juízos de valor sobre elas. Essa grande questão é atualmente decomposta em outras sub questões derivadas relativas à governabilidade, orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecidos e considerados politicamente pertinentes. Nessa linha, as pesquisas e as reflexões centram-se nos últimos tempos em objetos relacionalmente estabelecidos de modo a dar conta de problemas como normatividade, institucionalidade e a emergência de novas instituições sociais na área ambiental.

Em segundo lugar, mas não menos importante, esta produção específica é de difícil avaliação apesar de sua pujança e visibilidade social nos últimos anos, pois justamente por se debruçar sobre questões relativas a novas orientações normativas da sociedade contemporânea, sua literatura muitas vezes padece de excesso de normatividade, em detrimento das abordagens analíticas ou interpretativas.

Por outro lado, podemos observar que a produção intelectual no Brasil teve também forte influência da teoria social contemporânea e mais recentemente da sociologia ambiental como podemos observar nos artigos publicados nas principais revistas de ciências sociais no Brasil. Na verdade analisamos seis revistas nacionais, quais sejam: Revista Brasileira de Ciências Sociais, onde obtivemos desde 1986 um total de 8 artigos diretamente relacionados ao tema; a revista Lua Nova, onde encontramos no mesmo período 9 artigos. Na revista Dados podemos observar a publicação de 5 artigos e na revista São Paulo em Perspectiva um total de 9 artigos. Na revista Tempo Social encontramos somente 3 artigos correlacionados com a área. Por sua vez analisamos detalhadamente a revista Ambiente&Sociedade exatamente por entendermos que ela congrega a principal produção da área no Brasil.

Podemos concluir portanto através dos dados levantados que houve uma real internalização da questão ambiental nas ciências sociais brasileiras tanto do ponto de vista da pós graduação quanto da produção intelectual em si.

É importante por fim salientar que esta problemática sendo uma temática interdisciplinar foi internalizada na produção nacional, de forma diferenciada tanto nos programas mais disciplinares quanto nos chamados programas interdisciplinares.

Referências Bibliográficas

- BECK, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications. London.
- _____. (1999). *The Reinvention of Politics. Rethinking Modernity in the Global Social Order*. Polity Press. Cambridge.
- BROWN, L. 1986. *State of the world*. W.W. Norton. New York.
- BUTTEL, F. (1987). New directions in environmental sociology. *Annual Review Sociology*. 13:465-488.
- _____. (1992). A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. *Perspectiva. Revista de Ciências Sociais*. Unesp. Vol.15.pp69-94. São Paulo.
- _____. (1996). Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. *Rural Sociology Society*. Institute for Environmental Studies. University of Illinois. Volume 61, n.1..
- _____. (2000). Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: Herculano, S; Porto M; e Freitas, C. (org.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. EDUFF. Niterói.
- CATTON, W. and DUNLAP, R. (1998). Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*. Vol.13.n.1. february. Washington, D. C .
- CARSON, R. 1962. *Silent spring*. Houghton Mifflin. Boston.
- COMISSÃO GULBENKIAN, 1996. *Para abrir as Ciências Sociais*. Editora Cortez. São Paulo.
- DUNLAP, R.(1993). "From Environmental to Ecological Problems", In: CALHOUN, C. and RITZER, G. (org.). *Social Problems*. MacGraw-Hill. New York.
- _____. (1997). The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of American experience. In: Redclift, M. and Woodgate, G. (eds). *The International Handbook of the environmental sociology*. Northampton. Madison.
- DURKHEIM, E. (1995). *Select Writings*. Cambridge University Press. Cambridge.
- ECKERSLEY, R. 1995. *Environmentalism and political theory*. UCL Press. Third impression. London.
- EHRlich, P. 1975. *The population bomb*. Riversity Press. Massachussets.
- FERREIRA, Leila da C. (1998). *Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*. Ed. Boitempo.
- _____. 1992. Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios (A política ambiental no Estado de São Paulo). *Tese de Doutorado*. IFCH. Unicamp. Campinas.
- _____. (org). (1997). *A sociologia no Horizonte do Século XXI*. Boitempo Editorial. São Paulo, 1997.
- _____. e VIOLA, E. (orgs.) (1996). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- FERREIRA, Lúcia da C. 2000. "A importância da interdisciplinaridade para a sociedade" in *A interdisciplinaridade nas Ciências Ambientais*. PNUMA/MCT/PADCT-CIAMB. Brasília.
- _____. 1999. "Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro". *Ambiente e Sociedade*. no. 5.
- GALTUNG, J. 1984. "Los azules y los rojos, los verdes y los pardos: una evolución de movimientos políticos alternativos". *Boletim de Ciências Sociais*. FLP/ UFSC, no. 34. Florianópolis.
- GIDDENS, A (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- (1993). *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Ed. UNESP. São Paulo.
- (2000). *Mundo em descontrolo*. Ed. Record. Rio de Janeiro São Paulo.

- GORZ, A. 1980. *Ecology as politics*. Black Rose Books. Montreal.
- GUIVANT, J. (1998). Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. In: *BIB/ANPOCS*. N.46.2º semestre.
- HBERMAS, J. (1987). *The Theory of Communicative Action*. Vol 2. Beacon Press. Boston.
- (1987). A Nova Intransparência. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo.
- HAYS, S.P. 1982. "From conservation to environment: environmental politics in United States since World War Two. *Environmental Review* 6 (fall 1982):19-32.
- HANNIGAN, J. (1997). *Environmental Sociology- a social constructionist perspective*. Routledge. London and New York.
- HOGAN, D. e Vieira, P (1992). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Ed. Unicamp. Campinas ,
- _____. 2000. Sócio-demographic dimensions of sustainability. Brazilian perspectives. ISA. Rio de Janeiro.
- LEIS, H. (1991). *Ecologia e Política Mundial*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro.
- LOVINS, A. B. 1977. *Soft energy paths*. Ed. Cabridge. Massachussets.
- MARX, K. (1980). *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol.II. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- MATURANA, H. e VARELA, F. 1995. *El árbol del conocimiento*. Ed. Universitária. Santiago.
- MEADOWS, D. (ed.). 1972. *The limits to growth*. Riversity Press. Massachussets.
- MCCORMICK, J. 1992. *Rumo ao paraíso*. Relume Dumará. Rio de Janeiro.
- MOL, A e SPARGAREN, G. (1993). Environment, Modernity and Risk society. *International Sociology*. V.8.n.4/431-459.
- NEMETZ, P.N. (ed.) 1982. *Energy policy: the global challenge*. Ed. Institute for Research in Public Policy. Montreal.
- OPHULS, W. 1973. *Ecology and the politics of scarcity: a prologue to a political theory of the state*. Freeman. San Francisco.
- PAEHLKE. (1989). *Environmentalism and the Future of Progressive Politics*. Yale Ed. New Haven.
- PÁDUA, J, A. (1987). *Ecologia e Política no Brasil*. Ed. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro.
- PRIGOGINI, I. 1996. *O fim das certezas. Tempo e caos e as leis da natureza*. Ed. UNESP. São Paulo.
- _____. e STENGERS, I. 1991. *A nova aliança. Metamorfose da ciência*. Ed. da UnB. Brasília.
- REDCLIFT, M e WOOGATE, G. (eds) (1997). *The International Handbook of Environmental Sociology*. Edwaed Elgar. Cheltenham, Uk. Northampton, MA, USA.
- ROSZAK, T. 1977. *Persona Planeta: Hacia un Nuevo Paradigma Ecológico*. Ed. Kairós. Barcelona.
- SESSIONS, G. (ed.). 1995. *Deep Ecology for the Twenty First Century*. Ed. Shambhala. Boston and London.
- YEARLEY, S.(1996). *Sociology, Environmentalism and Globalization*. Sage.London.
- VIEIRA, P. (1992). A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil. In: Hogan, D. e Vieira, P. (org.) op.cit., 1992.
- VIG, N. and Kraft, M. (1990) (eds). *Environmental Policy in the 1990s*. Congressional Quartely Inc. Washington, D.C.
- VIOLA, E. e Leis, H. (1992). A evolução das políticas ambientais no Brasil (1971-1991). In: Hogan, D. e Vieira, P. (org). op cit.
- _____. (1997). Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil. In: Trindade, A A e Castro, M F (Org.). *A sociedade democrática no final do século*. Paralelo 15. Brasília.
- WEBER, M. (1982). *Ensaio de Sociologia*. Zahar editores. Rio de Janeiro.

